

# Para banqueiros, relatório é "gozação"

CECILIA PLESE  
Correspondente

São Paulo — "Besteira". "Gozação". "Tentativa de pressão interna por parte de pessoas interessadas em fazer média com a candidatura Tancredo Neves, reforçando sua imagem com a de salvador nacional". "Coisa de políticos que não entendem de economia e se põem a falar sobre ela, como se fossem donos da verdade". "Imbecilidade". "Conclusão surrealista de gente que não sabe o valor de um bilhão de dólares".

Essas foram algumas das reações colhidas junto a fontes ligadas a bancos estrangeiros sediados em São Paulo, a propósito do relatório elaborado pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as causas e as consequências do endividamento externo de 100 bilhões de dólares, chegando à conclusão de que parte considerável do débito é ilegítima, podendo ser reduzida em pelo menos 15 bilhões de dólares.

Segundo os informantes, não há ninguém hoje no País que possa negar a existência da dívida em sua totalidade ou que possa provar que o Governo brasileiro ou as autoridades que negociaram em nome dele contrairam empréstimos de forma irregular, de maneira a auferir vantagens pessoais do mesmo modo, assinalaram, não há quem possa duvidar que o Brasil atualmente detém um cacife de que não dispunha há 2 anos. Além da acumulação de um superávit de 9 bilhões de dólares em

apenas 8 meses, com excelentes perspectivas de alcançar o patamar de 12 bilhões de dólares, o que é uma marca considerável, argumentam os banqueiros. E é esse novo perfil das contas externas que lhe garantirá poder de barganha suficiente para impor condições na mesa de negociação.

Um diretor de primeiro escalão, ligado a um banco europeu, ressaltou, entretanto, não acreditar na possibilidade de formação de um cartel de devedores durante a reunião de Mar Del Plata, que começou ontem na Argentina. "Ele não funcionaria", disse, "não porque os bancos americanos enviaram o Henry Kissinger para providenciar isso, mas porque as tentativas anteriores não deram certo. Basta ver o caso da Argentina, que acabou se amoldando aos critérios do FMI; ou o do México, que acaba de obter condições especiais de pagamento, por ter sido bem-sucedido em sua política de ajustes internos".

Para o Brasil, segundo essa fonte, a expectativa é a de que os bancos credores ofereçam prazos maiores de pagamento e *spreads* menores, além de dinheiro novo entre 1,5 e 2 bilhões de dólares, que permitirá a rolagem do serviço da dívida por todo o ano de 85. "Trata-se de uma quantia praticamente insignificante", observou, de posse da qual, o atual Governo vai deixar o caminho preparado para o próximo.

## MALUF PIOR

Ao analisar as perspecti-

vas de relacionamento entre os credores e o futuro governo, o informante observou que o risco maior está na vitória do candidato do PDS, Paulo Maluf. "Como ele tem o compromisso político de mostrar que é o melhor, certamente tomará medidas de caráter populista, e é no setor externo que se apresentam as oportunidades mais interessantes". Na opinião da fonte, isso não quer dizer que Maluf não vá pagar, mas que ele pode adotar uma estratégia de pressão em termos comerciais, com consequências ainda não avaliadas.

Ele acrescentou que a retomada do crescimento econômico nacional é indubitável, já em 84, e com possibilidades de aceleração a partir de 85. Seu grau de intensidade porém dependerá dos resultados da eleição presidencial. Se o ganhador for Maluf, o crescimento será mais rápido. Se for Tancredo Neves, mais vagaroso. Mesmo em 84, a fonte arrisca que o resultado do PIB pode surpreender. Com as exportações crescendo em torno de 25 por cento, o PIB poderá fechar o ano com índices positivos de 2 a 3 por cento, o que camuflará a recessão ainda vigente no mercado interno. E a atual situação de caixa brasileira lhe permitirá impor aquilo que entender como necessário para ensejar essa retomada, sem que os credores possam estrilar.

## MULTIS

Há uma coincidência de pontos de vista entre banqueiros e empresários estrangeiros. De acordo com

o superintendente da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, Sven Schele, a recuperação econômica brasileira é um item que interessa a todos os envolvidos no processo de endividamento externo do País. E quanto mais rápido ela ocorrer, melhor. Schele avalia o crescimento da produção industrial em 84, entre 3 e 4 por cento, e explica que, na opinião dos empresários suecos, a situação econômica do País está melhorando de maneira lenta, mas segura. Mesmo a espiral inflacionária, embora ainda elevada, já mostra sinais de freio. O grande perigo para o Brasil, sublinhou Schele, são as altas taxas de juros. Se elas não forem controladas, isso será fatal para o País, disse, acrescentando que os banqueiros internacionais precisam dar uma oportunidade do Brasil se refazer. A solução que ele aponta é a da elaboração de acordos de renegociação da dívida com juros menores e prazos mais longos, para em seguida assegurar que os banqueiros estão a par disso.

"O Brasil necessita de mais delicadeza de tratamento e menos rigidez. A elevação de 1 por cento nas taxas de juros internacionais significa um acréscimo de um bilhão de dólares no montante da dívida brasileira. Por isso, nada impede que a se estabeleça um acordo de fixação de um teto para os juros a serem pagos", declarou. Sven Schele sabe que o Brasil vai necessitar de dinheiro novo, mas não foi capaz de adiantar quanto.